

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.720 - RJ (2019/0259567-5)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **DOMINGOS DOS SANTOS ALVES**
ADVOGADOS : **JOÃO BATISTA DA SILVA - RJ037405**
: **FERNANDA RODRIGUES DA SILVA - RJ124090**
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **DOMINGOS DOS SANTOS ALVES**, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 332):

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I - O autor não logrou êxito em comprovar a existência de recolhimentos previdenciários em seu favor nos períodos de novembro/1975 a dezembro/1975 e de fevereiro/1976 a novembro/1977, uma vez que os documentos anexados aos autos e no processo administrativo junto ao INSS, consistentes em cópias de canhotos de carnê de recolhimento de contribuições sociais e cópias de frente e fundo da capa do carnê, destacados uns dos outros, não permitem associá-los a sua pessoa.

II - Documentos anexados aos autos comprovam que o autor exerceu atividade laborativa no período de 02/01/1968 a 28/12/1968 a ensejar o seu cômputo para fins de tempo de serviço.

III - Do pedido de revisão do benefício previdenciário, pelo reconhecimento de tempo de serviço relativo aos períodos de 02/01/1968 a 28/12/1968, de novembro de 1975 a dezembro de 1975 e de fevereiro de 1976 a novembro de 1977, o autor obteve reconhecido apenas o período de 02/01/1968 a 28/12/1968, ou seja, decaiu da maior parte do pedido, devendo, portanto, arcar com os honorários advocatícios, fixados em valor a ser apurado em liquidação de sentença, em patamar mínimo, sobre o valor da condenação, respeitado o Enunciado 111 do STJ, e majorados em 1%, de acordo com o art. 85, § 11, do CPC de 2015, observando-se os critérios do § 2º do mesmo artigo.

IV - Apelação e remessa necessária, tida por interposta, desprovidas.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 351)

Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 884 do CC e 85, § 2º e 86, **caput**, do CPC, sustentando que o entendimento do Tribunal de origem implica enriquecimento ilícito do Estado, vedado pelo ordenamento jurídico, bem como que o pagamento de honorários não poderia ser sobre o valor da condenação, diante da ocorrência de sucumbência mínima.

Aduz que, *"Além da presunção da veracidade dos recolhimentos previdenciários do Autor, ora Recorrente, há também o enriquecimento indevido do Estado, eis que fato incontroverso é que os recolhimentos foram feitos (vide autenticações bancárias), mas o Recorrido alega que não conseguiu identificar o contribuinte. A negativa do provimento do presente recurso irá gerar enriquecimento ilícito do Recorrido, eis que não obstante o recolhimento das guias previdências, tais valores não integrarão a memória de cálculo de nenhum beneficiário"* (fl.358).

Alega que *"perdeu uma parte dos pedidos da peça exordial, dessa forma merece reparo a sentença de fls. 296/300, e acórdão de fls. 328/331, pois como o julgamento fora de parcial provimento com condenação de valores a serem pagos pelo Recorrido deveria ter sido também condenado em custas e honorários advocatícios, ou caso não entenda que devesse ao menos ser dividido o ônus sucumbencial, nos termos do caput do artigo 86 do CPC, pois não há dúvidas que 12 (doze) meses adquiridos pelo Recorrente no cômputo da sua aposentadoria não é ganho mínimo em cima do total de 36 (trinta e seis) meses que almeja que seja deferido no presente recurso, ..."* (fls. 359/360).

Devidamente intimado, o INSS apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fl. 380/384.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Com relação ao alegado enriquecimento ilícito, assim se pronunciou o

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de origem (fl. 348):

Inexistem os vícios apontados, uma vez que, a despeito de o autor ter apresentado ao INSS a capa e os canhotos originais do carnê de recolhimento de contribuições sociais pertinentes aos períodos de novembro/75 a dezembro/75 e fevereiro/76 a novembro/77, restou ressaltado no acórdão embargado que as cópias de tais documentos anexadas aos autos não são hábeis a comprovar o recolhimento das respectivas contribuições pelo autor, porque não há qualquer

elemento que permita associá-los a sua pessoa. Foi salientado, ainda, que a numeração constante dos canhotos - nº 05061711 - tampouco permite sua identificação, pois não consta em nenhum outro documento.

Observe-se que diante da ausência de comprovação da existência dos recolhimentos previdenciários acima mencionados, pouco importa analisar a questão sob a ótica da boa-fé do ora embargante ou do enriquecimento ilícito do réu.

O recorrente, no entanto, nas razões do Recurso Especial, não cuidou de impugnar, especificamente, o fundamento segundo o qual, *diante da ausência de comprovação da existência dos recolhimentos previdenciários acima mencionados, pouco importa analisar a questão sob a ótica da boa-fé do ora embargante ou do enriquecimento ilícito do réu*, o que, por si só, mantém incólume o julgado combatido.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, a irresignação esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por fim, é pacífico o entendimento desta Corte Superior de que "a aferição da sucumbência recíproca ou em parte mínima, caso fosse possível, envolveria contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ." (AgRg no AREsp 498.777/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 17/03/2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério utilizado para fixação da verba advocatícia em virtude da sucumbência recíproca ou em parte mínima, por depender tal providência da

Superior Tribunal de Justiça

reapreciação do contexto fático-probatório do caso concreto. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 638.976/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 30/6/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SIMPLES REITERAÇÃO DAS ALEGAÇÕES VEICULADAS NO RECURSO ANTERIOR. VIOLAÇÃO AO ART. 535

DO CPC. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIO ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA.

[...]

II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de afastar o cabimento da condenação ao pagamento dos honorários à parte adversa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

[...]

IV - Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 639.876/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 150.682/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 19/5/2015)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

